

VÍNCULOS ENTRE ACIDENTES EM OBRAS DE ENGENHARIA E O AMBIENTE DA FRENTE DE OBRA

As recentes tragédias de Mariana, Brumadinho, o “Buraco do Metrô” em São Paulo, colapsos de obras de arte e edifícios, graves rupturas de taludes viários e tantos eventos da mesma natureza já ocorridos e que vem com frequência ocorrendo no país, em que são contabilizados um enorme número de mortos e prejuízos patrimoniais e sociais incalculáveis, assim como incontáveis e graves disfunções técnicas de obras que não chegam a ganhar o noticiário, têm suscitado diversas avaliações focadas nos mais diversos aspectos técnicos e gerenciais envolvidos. Neste artigo abordo um desses aspectos, que me parece um dos fundamentais, mas que, compreensivelmente, não tem sido objeto dessas avaliações, qual seja o ambiente de obra, ou o ambiente empresarial, que sabidamente fortemente influem no tipo e na qualidade das relações entre os empregados, em nosso caso profissionais de Geotecnia (engenheiros geotécnicos, geólogos de engenharia e demais categorias próximas) e a Diretoria da empresa em que trabalham. E, dentro do mesmo cenário, nas relações entre empresas especializadas contratadas e a empresa contratante proprietária da obra.

É natural e compreensível o fato do profissional técnico do quadro de uma empresa cultivar a expectativa de sua ascensão hierárquica/salarial no âmbito do organograma empresarial. Alguns valores exigidos para essa ascensão lhe são óbvios e/ou lhe são instilados pela cultura interna da empresa: dedicação, competência, disponibilidade, sociabilidade, responsabilidade, capacidade de liderança, e outros do gênero. Além desses há alguns mais sutis: caracterizar-se por trazer soluções e não problemas e, com destaque, considerar-se e ser considerado parte “do time”, ou seja, um profissional que se destaque por, em qualquer circunstância, “fazer o jogo da empresa”.

No caso de empresas contratadas pela empresa proprietária da obra dá-se algo semelhante. À contratada interessa a melhor relação possível com seu cliente, situação em que lhe é garantida a expectativa de novos e importantes contratos. Nesse contexto busca naturalmente cumprir valores essenciais para suas expectativas: competência, confiabilidade, presença, confidencialidade. Da mesma forma, poder ser considerada “parte do time” e, em qualquer condição, “fazer o jogo da empresa contratante”.

Esse ambiente empresarial e de obra, ainda que não explicitado e muito estudado, é conhecido por todos que de alguma forma lidam com obras de engenharia. Pode-se dizer até que, respeitados certos limites (e nesses limites mora o “X” do problema) componha um elenco de condutas compreensíveis e até aceitáveis. Decisão difícilima, tanto por parte do profissional empregado da empresa proprietária da obra, como por parte de uma empresa por essa contratada, é estabelecer e atender os limites de ordem ética e de ordem técnica, aqui em especial aqueles que se colocam na esfera da segurança e da assunção de riscos de acidentes.

Vamos a um exemplo prático para melhor entendimento dessa equação. Um geotécnico da empresa proprietária da obra alerta em uma reunião com sua chefia sobre a urgente necessidade de ser tomada determinada providência técnica para que não sejam surpreendidos por um grave acidente. Como a providência envolve custos a diretoria pede estudos complementares. A variável tempo corre inexoravelmente. Feitos esses estudos, o profissional repete seu alerta. Sua chefia lhe recomenda que não faça nada por escrito, ou documentadamente, as comunicações verbais bastariam. Inicia-se um processo interno interminável de aprovação de verbas e serviços e o profissional tem plena consciência de que a probabilidade de um acidente aumenta consideravelmente. Ele tem ganas de emitir por escrito um alerta à sua chefia e à Diretoria da empresa, mas ao mesmo tempo avalia que se assim agir deixará de imediato de ser considerado como “parte do time”, e iriam por terra seus sonhos de progressão hierárquica e salarial dentro da empresa, e quem sabe teria até que contar com a possibilidade de uma demissão, que obviamente debitada a um exercício de “remanejamento interno de equipes”. Como, no caso da empresa contratada, dadas as mesmas circunstâncias iriam para o espaço suas expectativas de novos e desejados contratos.

No campo da ética profissional poderíamos elencar vários outros exemplos de conflitos entre o que seria técnica e legalmente correto e os interesses mais imediatos da empresa proprietária da obra, situação que também exigiria do profissional ou da empresa contratada, em obediência aos códigos de conduta informais prevalecentes no ambiente empresarial, uma decisão de anuência e

compartilhamento com uma ilegalidade ou com uma agressão a princípios éticos que deveriam ser devidamente assumidos e praticados.

Exemplo que se tem tornado muito freqüente decorre de decisões empresariais de redução de despesas, o que acaba contaminando o ambiente da frente de obra com uma quase disputa entre profissionais e equipes na busca de resultados financeiros de grande agrado para a direção da empresa proprietária da obra. O caminho mais fácil para redução de despesas? Sem dúvida a redução de exigências técnicas e de protocolos de segurança. É fácil deduzir os enormes riscos para a segurança que naturalmente decorrem de um ambiente de obra assim contaminado. Ou seja, um ambiente de frente de obra onde a Diretoria Comercial ofusca o natural comando da Diretoria Técnica.

Fato real é que em grande parte dos acidentes e tragédias ocorridos em obras de engenharia no Brasil são explicados, ao menos em boa parte, por circunstâncias próximas às descritas, ou seja, pela prevalência de ambientes de obra constrangedores de uma atitude mais ousada, firme e insistente de profissionais do quadro ou de empresas contratadas no apontamento de disfunções técnicas que possam levar a situações de risco e na persistência por exigências de sua pronta correção e eliminação.

Como enfrentar esse problema? Aqueles que tem uma maior intimidade com os ambientes empresariais sabem perfeitamente da ingenuidade em se esperar que algo de muito substancial seja alcançado via uma alteração comportamental unilateral dos profissionais empregados e de empresas contratadas. Empregos, carreiras, contratos, situações familiares estão em jogo, o que, particularmente em um país com fraco desenvolvimento econômico, conta muito.

Por diversas razões um caminho culturalmente também dificultoso, a alternativa de uma profunda e corajosa decisão das direções empresariais no sentido de dotar seus ambientes de obra e seus códigos de conduta de atributos incentivadores de atitudes mais ousadas e firmes de profissionais e empresas contratadas no apontamento de riscos técnicos e da necessidade de prontas medidas de segurança, promete ser mais promissora para resultados mais rápidos e virtuosos. Ações mais fortes do meio judicial, incluindo a eventualidade de penalizações criminais pesadas envolvendo proprietários da empresa contratante, assim como os enormes desgastes financeiros e de imagem institucional derivados de acidentes como os que temos testemunhado, jogam a favor dessa possibilidade.

Muito colaboraria também para um melhor equacionamento da variável abordada nesse artigo uma atenção maior das associações técnicas do campo geotécnico, como a ABMS e a ABGE, na discussão e trato do tema aqui focado, qual seja o ambiente de trabalho imperante nas frentes de obra e sua influência na menor ou maior atenção com a excelência técnica e com a segurança.

Geól. Álvaro Rodrigues dos Santos (santosalvaro@uol.com.br)

- Ex-Diretor de Planejamento e Gestão do IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas
- Autor dos livros “Geologia de Engenharia: Conceitos, Método e Prática”, “A Grande Barreira da Serra do Mar”, “Diálogos Geológicos”, “Cubatão”, “Enchentes e Deslizamentos: Causas e Soluções”, “Manual Básico para elaboração e uso da Carta Geotécnica”, “Cidades e Geologia”
- Consultor em Geologia de Engenharia e Geotecnia